

ARTIGO

O DESENHO ANIMADO COMO POTENCIALIZADOR DE UMA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA

Thiago Afonso Peron¹

RESUMO

O Brasil é o segundo país com maior contingente de população negra no mundo, apenas a Nigéria está à frente. Entretanto, temos uma enorme disparidade social e econômica entre a população branca e a negra, além do racismo estrutural que permeia e dá suporte para a sociedade racista brasileira. Sabemos que o Movimento Negro vem alçando esforços para lutar contra o racismo estrutural, e por via educacional conquistou instrumentos que são úteis para isso, como a Lei 10.639/03 e as Ações Afirmativas - cotas raciais - e, além disto, a Base Nacional Comum Curricular. Outro ponto importante é a problematização e utilização das mídias para a Educação Básica, principalmente os desenhos animados, que possuem um potencial enorme para o ensino de geografia. Por fim, munidos das conquistas do Movimento Negro, da legislação, do currículo, das mídias e dos desenhos animados, tivemos como objetivo destacar as potencialidades que os desenhos animados possuem para produzir debates e práticas que conduzem à uma educação geográfica antirracista no Ensino Básico e contribuir para a ruína do racismo estrutural da sociedade brasileira. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura e uma sistematização de ideias. Foram identificadas e categorizadas as potencialidades que os desenhos animados possuem em quatro categorias, sendo elas: conceitos e conteúdos geográficos; valores e contravalores; ludicidade, imaginação e criatividade; e, representatividade, empoderamento e Identidade Negra. Os desenhos animados têm a potencialidade para ensinar geografia de uma forma divertida, lúdica, descontraída, deixando para trás a geografia classificatória, enfadonha e desinteressante. Além disso, os desenhos animados têm o potencial de ensinar conteúdos e conceitos para trazerem a representatividade e empoderamento às crianças negras e construir cidadãos e cidadãs conscientes e que lutem contra o racismo.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Geografia Antirracista. Mídia. Recurso didático. Lei 10.639/2003.

¹ Licenciado e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: peronperon90@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos com uma afirmação que escancara a cor do Brasil: segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016) o percentual de 54% da população negra coloca o Brasil como a segunda nação do mundo com maior contingente de população negra, ficando atrás apenas da Nigéria. Ou seja, o Brasil é uma nação Negra, o que raramente é perceptível em decorrência do racismo estrutural que maquia e mascara essa realidade.

Desta maneira, para combater o racismo estrutural que sustenta a sociedade brasileira desigual, algumas medidas foram instituídas. Essas medidas, em sua maioria, foram conquistadas pela luta do Movimento Negro. Dentre elas, procuramos salientar as de cunho educacional. Assim, uma conquista é a Lei 10.639 de 2003, que obriga o estudo da História e Cultura Afro-brasileira nas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas (BRASIL, 2003). Outra conquista importante são as políticas públicas de ações afirmativas nas Universidades Públicas, as cotas raciais, datada a primeira experiência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2003 também. Há ainda os documentos oficiais da Educação como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) que, atendendo àquela lei, sistematiza e distribui os conteúdos de “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003).

Sabemos que existe um largo caminho para uma ruptura total com o racismo estrutural, mas a lei 10.639 de 2003, as Ações Afirmativas e o Base Nacional Comum Curricular são instrumentos que começam a erodir a sustentação do racismo estrutural pela via educacional. Entretanto, no ambiente escolar, com frequência, esse conjunto de instrumentos não se efetiva na prática, por uma série de motivos como falta de infraestrutura do estabelecimento educacional, a má formação inicial e continuada das/os profissionais da educação, as condições precárias de trabalho destes mesmos profissionais, entre outras, e consequentemente, seguem reproduzindo o racismo estrutural.

Desta forma, dando zoom nas disciplinas escolares, vemos que as Humanidades possuem um grande potencial de transformação da consciência racista para uma consciência cidadã antirracista das crianças e jovens, ajudando a fortalecer uma consciência coletiva antirracista para ruir com o racismo estrutural. Isto posto, o estudo da disciplina geografia pode abrir um arcabouço para debates e práticas antirracistas no ceio escolar.

Além disso, as mídias - televisão, rádio, jornal, revista, outdoor, cartazes e internet - estão presentes no território da sociedade brasileira, de fato, ora em maior, ora em menor intensidade e distribuição geográfica. Estas mídias geram alguns artefatos culturais como os desenhos animados que, ademais de serem artefatos culturais voltados para as crianças, trabalharem a criatividade e a ludicidade, apresentam, de acordo com Peron & Elias (2020, p. 76), a “capacidade de representar elementos da vida real e fictícia, sendo muitas delas geográficas como as cidades e o urbano, a natureza e suas paisagens, as dinâmicas sociais dos povos, diferentes países e problemas sociais, entre outros.” Os desenhos animados não proporcionam só isso, mas também tem a capacidade de empoderamento e representatividade para as crianças negras, que pouco se vêem nas telinhas.

Portanto, munidos das legislações, da geografia e dos desenhos animados, temos como objetivo destacar as potencialidades que os desenhos animados possuem para produzir debates e práticas que conduzem à uma educação geográfica antirracista no Ensino Básico e contribuir para a ruína do racismo estrutural da sociedade brasileira. Deste modo, o texto foi dividido em três partes, sendo elas: Currículo, eurocentramento e racismo; Mídia, educação e racismo; Geografia, desenhos animados e práticas antirracistas. Além das Considerações Finais e, por último, as Referências.

2 CURRÍCULO, EUROCENTRAMENTO E RACISMO

Iniciamos com a premissa de Conceição (2012, p. 334) que nos assevera que “as classes dirigentes brasileiras tentaram apagar, exterminar, física e culturalmente, a presença africana, real e imaginária na História do Brasil.” Desta maneira, uma das formas de efetivar este apagamento e extermínio é pela via educacional, ditando um currículo que não contenha conteúdos relacionados a África e suas populações, e caso tema, apresentando de uma forma pejorativa e depreciativa.

Sendo assim, o currículo da educação básica brasileira é eurocentrado e racista. De acordo com Silva (2007, p. 500-501), “somos oriundos de uma formação que atribui, aos brancos, aos europeus, a cultura que dizem clássica”, desta forma ficamos impedidos de “ter acesso a conhecimentos de diferentes origens étnico-raciais, e ficamos ensinando um elenco de conteúdos tido como mais perfeito e completo que a humanidade já teria produzido”. Este eurocentramento do currículo, ainda segundo Silva (2007, p. 501), “torna-nos incapazes de

perceber as vozes e imagens ausentes dos currículos escolares: empobrecidos, mulheres, afrodescendentes, africanos, indígenas, idosos, homossexuais, deficientes, entre outros.”

Deste modo, como exemplo desse eurocentramento do currículo, temos os livros didáticos que segundo Anjos (2005, p. 175), “ignoram o negro brasileiro e o povo africano como agentes ativos da formação territorial e histórica”, além de “nos livros didáticos de Geografia Geral e nos Atlas Geográficos, o continente africano está colocado sistematicamente nas partes finais da publicação e geralmente com um espaço bem menor que os outros blocos continentais.” E, por fim, o autor salienta que “verifica-se que, muitas vezes, a África não é estudada” na sala de aula.

Ainda em relação a esses manuais Ratts *et al.* (2006/2007, p. 50) descrevem que “o livro didático, assim, contribui para difundir inverdades entre os estudantes por não haver uma leitura crítica sobre seus conteúdos, especialmente no que concerne à questão étnico-racial.”

Desta forma, podemos ver que além do currículo ser eurocentrado e ignorar todas as contribuições de África e suas populações para com o mundo, os manuais didáticos utilizados pelos/as professores/as reforçam estereótipos racistas, propagam inverdades ou nem sequer trazem as temáticas de África e toda sua complexidade.

Para além do currículo e dos livros didáticos, a formação dos/as professores/as, educadores/as, diretores/as, coordenadores/as e em geral todos/as os/as profissionais que estão no cotidiano escolar, não foi adequada para se fomentar um currículo e uma educação sobre África coerente, verídica e positiva. Deste modo, Santos (2011, p. 07) afirma que o “ambiente escolar é composto majoritariamente por atores que não foram preparados para construir uma educação anti-racista, bem como materiais pedagógicos inadequados e portadores de aspectos que oferecem sustentação à reprodução do racismo.”

Entretanto, para diminuir esse eurocentramento do currículo da educação básica brasileira foi criada a Lei 10.639 em 2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana, as contribuições dos povos africanos e toda a complexidade que está imbricada nestas temáticas. Essa lei obriga trabalhar as temáticas em todas as disciplinas escolares. Porém, desde a criação da lei se evoluiu pouco na inserção das temáticas no currículo realizado dentro das escolas, salvo boas iniciativas de professores/as, educadores/as, gestores/as e profissionais em geral da área educacional que se empenham em efetivar a lei.

Deste modo, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) traz as temáticas exigidas pela lei diluídas nas disciplinas, entretanto ainda apresenta forte eurocentramento. Contudo, faltam materiais de apoio, cursos de formação inicial e continuada que trabalhem as

temáticas. enfim, há muito o que se fazer para efetivar e tornar permanente no sistema educacional brasileiro as temáticas relacionadas à África.

3 MÍDIA, EDUCAÇÃO E RACISMO

As mídias ou meios de comunicação de massa são ferramentas que estão presentes nas sociedades modernas - como o Brasil - e possuem a função de comunicar algo - informações, notícias, conteúdos, conhecimentos, entretenimento, etc. - ao maior número de pessoas possível, ou seja, às massas de pessoas. Desta forma, elas possuem uma diversidade imensa de se materializarem, podendo ser físicas ou não, e ainda utilizando de diferentes linguagens como visual, audiovisual, auditiva e interativa. Dentre as mídias podemos citar o rádio, a televisão, o jornal, a revista, cartazes, outdoors e Internet.

Cada qual citada acima teve seu pico de utilização e expansão ao logo do final do século XIX até a atualidade, sendo ora mais ora menos importante sua utilização e atuação na sociedade. Assim sendo, nenhuma delas foi extinta, um exemplo que podemos encaixar aqui era a ideia que o rádio substituiria o jornal, pois não era mais necessário ler e sim ouvir; que a televisão findaria com a era do rádio e cinema, pois já não era necessário apenas ouvir, mas sim ver e ouvir (e muitas vezes ao vivo); e, que a Internet desbancaria todas as outras mídias. Como salienta Miranda (2007, p. 38), “esse novo formato de comunicação [Internet] não substitui os formatos tradicionais, porém representam um valor”, porque ela tem o poder de reunir todas elas em uma única virtualidade, estando presente em quase todos os lugares e podendo ser acessada em diferentes dispositivos como um aparelho de televisão, um telefone móvel, um tablet ou um computador.

Além disso, é muito importante salientar que as mídias e a tecnologia são irmãs gêmeas, pois sempre estão atreladas. Quando surge uma nova mídia, surge também uma nova tecnologia, que lhe dá subsídio para existir. Por exemplo, não haveria mídia televisiva sem o desenvolvimento tecnológico do aparelho de televisão e redes de energia elétrica.

Assim, agora que caracterizamos as mídias, podemos destacar um pouco sobre suas funções educacionais. De acordo com Fantin (2009):

As mídias e as tecnologias não só asseguram formas de socialização e transmissão simbólica, mas também participam como elementos importantes da nossa prática sociocultural na produção e socialização de conhecimentos e na construção de significados da nossa inteligibilidade do mundo. Tal fato necessita mediações pedagógicas. (FANTIN, 2009, p. 15)

De fato, as mídias requerem uma mediação pedagógica para a sua leitura e compreensão. Essa mediação vem através da educação para as mídias e através das mídias. Sendo assim, podemos utilizar as mídias como um recurso didático possível, se bem explorado, para promover na escola e na sala de aula a otimização do processo de ensino-aprendizagem e para uma educação cidadã. Deste modo, Santos & Chiapetti (2012, p. 168) destacam que “os professores do século XXI, necessitam utilizar as várias mídias a favor do seu fazer pedagógico e, assim, a favor dos seus alunos e da sociedade em geral.”

Assim sendo, podemos ver em livros, artigos científicos, revistas, periódicos, eventos, e mesmo nos livros didáticos as tentativas bem sucedidas da utilização das mídias na educação, empregando-se no processo de ensino-aprendizagem artefatos midiáticos como filmes, notícias, reportagens, novelas, entre tantos outros. E uma característica marcante é que esse emprego dos artefatos midiáticos não se restringe a uma etapa de escolarização e nem a uma disciplina, mas sim, está a permear todas. A exemplo de produções acadêmicas e utilização de artefatos midiáticos, temos o artigo de Peron (2019), que trabalha o ensino de geografia, mais precisamente dos biomas, com obras cinematográficas e notícias de jornais on-line.

Deste modo, para atender uma demanda educacional da sociedade e institucionalizar as práticas com as mídias já existentes nas escolas, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) traz nas suas Competências Gerais da Educação Básica e também diluído no escopo de cada área do conhecimento a utilização e educação para as mídias, com enfoque na cultura digital. Assim sendo, podemos perceber isso nas competências de números quatro e cinco:

- (4) Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- (5) Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p. 09)

Entretanto, como vimos até agora, as mídias possuem as funções de comunicar informações, notícias, conteúdos, conhecimentos, entretenimento, entre outros, ademais da função educacional. Porém, como vivemos em um país onde existe o racismo estrutural, e

sendo assim, este está infiltrado em tudo que envolve a sociedade brasileira, não seria diferente com as mídias. Sim, as mídias contribuem para o racismo. Ratts *et al.* (2006/2007) salientam como a mídia televisiva mostra a população negra.

A imagem que temos dos negros é em geral acompanhada de um estereótipo, como é o caso da televisão brasileira. Quais são os papéis desempenhados pelos negros em filmes, novelas e comerciais e campanhas publicitárias? Em geral é para desempenhar uma ocupação pré-definida: escravo(a), empregada doméstica, bandido, etc. (RATTS *et al.*, 2006/2007, p. 48).

Sendo assim, é necessário que as mídias façam um esforço para não transmitirem artefatos culturais racistas. Uma forma de a mídia buscar ser antirracista é contratando profissionais negros e negras como atores, atrizes, escritores/as, jornalistas, diretores/as, apresentadores/as, etc. Desenvolvendo produções que a pessoa negra não represente um estereótipo, e sim um/a protagonista. Além disso, é importante buscar debater o tema do racismo, de forma a conscientizar a população sobre o tema.

No entanto, a educação para e através das mídias pode ajudar as crianças e os jovens escolares a aprenderem a serem críticos diante da leitura dos artefatos culturais veiculados pelas mídias.

Desta maneira, um artefato cultural midiático pelo qual os escolares têm o primeiro contato com a mídia e que eles mais consomem na infância e na adolescência são os desenhos animados. Os quais são lúdicos, desenvolvem a imaginação e a criatividade das crianças e ensinam valores e conteúdos. Também há o fato de que estes artefatos muitas vezes são utilizados como babás, pais, educadores/as, cuidadores/as, tranquilizadores e tantas outras funções. Neste contexto, pensamos que esses artefatos são um recurso didático possível de se usar na educação geográfica antirracista.

4 GEOGRAFIA, DESENHOS ANIMADOS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

A geografia escolar carece de mudanças. Lacoste (2012) chama a atenção desde a segunda metade do século XX, com o advento da Geografia Crítica, de que a geografia escolar é enfadonha, desinteressante, acrítica e desprovida de todo o seu caráter político. Que a forma de ensino é pautada em decorar conceitos, nomes de rios, países, bandeiras, dados, etc. Assim, tornando a geografia um apêndice do currículo, sem sentido de estar aí.

Desta forma, Castrogiovanni (2007), Cavalcanti (2012) e Morais (2013) discutem que a geografia necessita ser crítica, política e significativa também, e que devemos buscar novos

recursos didáticos que auxiliem nesse processo de ensino-aprendizagem e não ficarmos estancados em práticas educativas ultrapassadas, como o ato de decorar e enumerar. Além de nos aproximarmos da realidade dos/as estudantes, conhecer o universo destes/as.

Assim sendo, corroboramos com as ideias asseveradas pelos autores e autoras citados acima, buscamos tornar a geografia significativa para os escolares, retornando a ela o seu caráter crítico e político. Com isso, a geografia que se ensina na escola se torna útil, ensinando os escolares a serem críticos, questionadores e cidadãos conscientes. Neste sentido, os desenhos animados podem contribuir para o aprimoramento das mudanças na prática geográfica escolar, e principalmente desenvolvendo práticas geográficas antirracistas.

Entretanto, antes de dar sequência, vamos entender o que conceituamos como desenho animado para este trabalho. Os desenhos animados são imagens de desenhos em movimento, também conhecidos como animações ou cartoons. Englobamos como desenhos animados o cinema de animação, as séries animadas e os desenhos animados que corriqueiramente estão disponíveis na programação televisiva. Estes estão disponíveis em várias mídias, no cinema, na televisão e nas plataformas de streaming da Internet (a exemplo, Netflix e Amazon Prime Video), além do YouTube. E podem ser acessados de diferentes dispositivos como televisão, smartphone, tablet ou computador.

Assim, os desenhos animados estão sendo utilizados para desenvolver práticas educativas ao redor do globo todo, em diferentes disciplinas escolares, para diferentes faixas etárias e abordando os mais variados assuntos. Além de estarem sendo objeto de estudo na academia, para o desenvolvimento de artigos, capítulos de livros, livros, monografias, dissertações e teses.

A exemplo de experiências brasileiras com a utilização de desenhos animados na educação, podemos citar: Mesquita & Soares (2008), que retratam em seu artigo as visões de ciências em desenhos animados e a alternativa para o debate sobre a construção do conhecimento científico em sala de aula; Pazelli (2012), cuja dissertação foi na utilização do cinema de animação para ensinar sobre saúde no ensino fundamental; Bezerra (2012), que conta em seu artigo a história da animação e a influência na formação infantil; Guimarães (2013), que trabalha em um capítulo de livro a importância do uso de artefatos midiáticos (como as animações) na educação geográfica; Souza & Sartori (2013), que refletem em um artigo a educação e os desenhos animados para a educação infantil; Dias, Laurindo e Rodrigues(2014), que trabalham em um artigo o uso de cinema de animação como recurso didático para o ensino de geografia no ensino básico; e, Silva (2015), que trabalhou em sua

monografia com o uso do desenho animado ‘Os Simpsons’ como um instrumento metodológico para o ensino de geografia.

Já como experiências internacionais temos as de: Puiggròs, Pujol e Holz (2005), na Espanha, que trabalham a transmissão de valores através dos desenhos animados; Llorent& Marín (2013), também na Espanha, discutem em seu artigo sobre a investigação dos desenhos animados no currículo da educação infantil espanhola; Beltrán-Pellicer, Arnal-Bailera e Muñoz-Escolano (2018), ainda na Espanha, analisam o conteúdo matemático nos desenhos animados para a educação infantil; Águila *et al.* (2010), no Chile, descrevem sobre os desafios de pôr os desenhos animados no currículo da educação infantil chilena; Martínez Boom & Tabares Orozco (2012), na Colômbia, discutem o cinema e a educação e seu entrelaçamento; e, Mornhinweg & Herrera (2017), no Panamá, que trabalham uma monografia sobre os desenhos animados como ferramenta didática para todo o sistema educacional panamenho.

Entretanto, por mais vastas que sejam as experiências nacionais e internacionais com educação e desenhos animados, sentimos carência de experiências que abordem as relações étnico-raciais e o racismo. Encontramos apenas dois artigos nacionais que trabalham o tema, o de Espírito Santo & Brito (2018), que descrevem as relações étnico-raciais em um contexto do desenho animado ‘Mundo Bitá’, e a experiência de Peron & Elias (2020), que trabalham o desenho animado ‘Super Choque’ para desenvolver práticas geográficas antirracistas. Assim sendo, a utilização desse recurso didático para tratar do tema das relações étnico-raciais e racismo são ainda insipientes e há um longo caminho para encorajar professores e professoras a utilizarem em suas práticas educativas.

Desta maneira, como sublinhado anteriormente, os desenhos animados são a primeira experiência midiática das crianças e são os artefatos midiáticos mais consumidos por elas, e esta é uma afirmação unanime entre os/as pesquisadores/as da área de mídias e de desenhos animados. Os desenhos animados possuem o potencial se serem lúdicos, desenvolvem a imaginação e criatividade das crianças; o potencial de cativar e persuadir; o poder da representatividade e empoderamento; o potencial de ensinar valores e contravalores; o potencial de ensinar conteúdos; o potencial de socializar a criança; e, o potencial de ensinar uma leitura sobre o mundo.

Isto posto, a seguir, veremos de que forma as tantas características dos desenhos animados podem potencializar o desenvolvimento de aulas de geografia antirracistas.

4.1 Conceitos e conteúdos geográficos

De acordo com Dias, Laurindo e Rodrigues:

Embora os desenhos animados não sejam vistos como um recurso científico, atrelados a alguns deles existem conceitos geográficos que passam despercebidos e que podem auxiliar na compreensão da ciência geográfica pelos discentes, sendo um recurso didático em potencial a ser explorado no ensino, dando dinamicidade a sala de aula, que muitas vezes é tida como chata e sem vida, por alguns alunos. (DIAS, LAURINDO e RODRIGUES, 2009, p. 1)

Existem diversos conteúdos e conceitos geográficos que os desenhos animados apresentam e podemos explorar no processo de ensino e aprendizagem da disciplina. Podemos explorar temas como: urbanos e rurais, com toda sua dinâmica complexa; de educação ambiental; os biomas e suas caracterizações; as dinâmicas de imigrações e migrações; formação da Terra; tipos de paisagens e suas caracterizações; conceitos de território, região, lugar, país, estado, continente, etc; questões econômicas; história e geografia do continente africano; paisagens africanas; antigas sociedades africanas e atuais; contribuições do continente africano para com o mundo; enfim, aqui enumeramos alguns temas, mas as possibilidades são infinitas.

Temos o exemplo da citada experiência de Peron & Elias (2020), que exploraram o potencial do desenho animado “Super Choque” para o trabalho com os temas geográficos as paisagens, a cultura e globalização no continente africano, com enfoque em Gana e também a visão dos negros e negras estadunidenses para com aqueles país e continente.

De fato, todos os temas e conceitos geográficos podem e devem ser atravessados por contribuições do continente africano e suas populações, incluso as populações de diáspora. Desta forma, é imprescindível que o/a professor/a antes de desenvolver suas aulas utilizando o recurso didático dos desenhos animados siga algumas instruções. Eleja um desenho animado que aborde algum tema que deseja ensinar; que verifique a classificação indicativa da obra; que assista previamente ao desenho animado; faça o planejamento de aula; e, obviamente, desenvolva uma aula dinâmica e divertida, que torne significativos os temas geográficos.

Ainda sobre os professores e professoras, sua função é de fundamental importância, pois um desenho animado é atravessado por vários temas, conceitos, valores e cabe a estes e estas filtrarem as temáticas e dar uma intencionalidade para o que querem ensinar a partir da obra.

4.2 Valores e contravalores

A função da geografia na escola está para além de ensinar conceitos e conteúdos, ela é muito mais ampla, tem a função de formar cidadãos. Assim, a geografia escolar tem o papel de ensinar valores e discutir os contravalores para formar cidadãos conscientes e críticos.

Desta maneira, os desenhos animados têm a potencialidade de auxiliar o/a professor/a a construir no ceio da disciplina o debate dos valores e contravalores, visto que eles trazem intrinsecamente estes na narrativa das aventuras animadas. Assim, Puiggròs, Pujol e Holz (2005, p. 3) afirmam que “las series de dibujos animados durante décadas han supuesto una nueva alternativa de educación, caracterizadas básicamente por la clarividencia de los valores, por la moralidad que transmitían fundamentalmente en sus últimas escenas.”

Ainda reafirmando o entrelaçamento entre desenhos animados, valores e contravalores Bezzera (2012, p. 1185) escreve que “os desenhos contribuem para a formação da personalidade das crianças, já que trazem em sua essência princípios e valores que são ofertados aos pequenos de uma forma lúdica e encantadora”.

Assim sendo, valores de igualdade de gênero e raça, diversidade étnico-culturais, respeito entre as pessoas, respeito para com as minorias (populações quilombolas, indígenas, LGBTQI+, deficientes, ribeirinhos, etc.), respeito para com o patrimônio público e para com a preservação ambiental, solidariedade, responsabilidade, liberdade, consciência dos direitos e deveres, entre tantos outros valores são expressos em animações e podem ser ensinados e problematizados nas aulas de geografia.

Já os contravalores que são transmitidos pelos desenhos equivocadamente também podem ser utilizados no processo de construção da cidadania, problematizando, questionando, fazendo com que os/as estudantes reflitam sobre as ações e atitudes das personagens.

Para que o/a leitor/a consiga visualizar melhor, vamos a um exemplo, caso em um desenho animado ocorra uma atitude racista de uma personagem para com outra, o/a professor/a pode trazer o debate para a aula, questionando os/as estudantes com perguntas como: Foi correta a atitude da personagem? Será que ela não está ensinando a ser racista? O que é racismo? Como combatê-lo? Como você agiria se isso ocorresse com você? Ou o que você faria caso isso acontecesse na escola? Existem estudantes negros/as na sala de aula, na escola, no bairro, etc? Como são suas atitudes com eles/as? Você é uma pessoa negra? De fato, o leque de possibilidades é imenso e, como dito anteriormente, cabe ao/a professor/a dar a intencionalidade à obra.

Em suma, se o/a professor/a não trazer o debate dos valores e contravalores dos desenhos animados para dentro da sala de aula, esses artefatos culturais ainda assim estarão ensinando estes às crianças, de forma correta ou não, direta ou indireta. Então, devemos nos atentar para com isso e incorporar essas questões nas nossas práticas educativas.

4.3 Ludicidade, imaginação e criatividade

Iniciamos com a premissa de Santos & Chiapetti (2012, p. 168), que escrevem que “a atividade lúdica tornou-se um importante recurso didático-pedagógico nas práticas de ensino, especialmente quando utilizadas a partir de uma abordagem do cotidiano”. Deste modo, é relevante que o/a professor/a busque levar algum recurso que trabalhe a ludicidade na sala de aula, tornando as práticas geográficas mais descontraídas.

Assim sendo, um recurso didático que trabalha a ludicidade e o cotidiano é o desenho animado. De acordo com Bezzera (2012, p. 1185), “os desenhos são recursos audiovisuais fantásticos que resgatam de uma maneira lúdica as contações de histórias de antigamente”. E na mesma linha de pensamento, Puiggròs, Pujol e Holz (2005, p. 3) salientam que os desenhos animados possuem uma “enseñanza de carácter indirecto y bajo un prisma totalmente lúdico y agradable, ha supuesto una mayor aceptación por parte de los niños y niñas de diversas generaciones.”

Desta maneira, podemos ver que o desenho animado possui o potencial de trazer a ludicidade em sua narrativa, mexer com o imaginário das crianças e desenvolver a criatividade. Além de acreditarmos que o processo de ensino-aprendizagem da geográfica não deve ser pautado na ‘decoreba’, classificação, descrição, ser enfadonho, mas sim, alegre, descontraído, ativo, que cativa os/as estudantes a querer aprender, a fazer parte ativamente do processo.

4.4 Representatividade, empoderamento e Identidade Negra

Além de ser um recurso didático utilizado para o processo de ensino-aprendizagem de geografia, o desenho animado tem a potencialidade de contribuir para a construção e fortalecimento da Identidade Negra ou Negritude das crianças e jovens negros e negras escolares. De acordo com Munanga (2012), os seres humanos estão atravessados por distintas identidades coletivas, e no Brasil não seria diferente, ainda mais porque somos um país

multicultural e multirracial. Paralela à Identidade Nacional se constrói a Identidade Negra. Entretanto, muitas vezes essa Identidade Nacional engendra em sua construção a desqualificação e o apagamento da Identidade Negra, como é possível se perceber na historiografia do Brasil. Mas o que se busca não é negar ou segregar a Identidade Nacional, mas sim integrar nesta a cultura, a história, as visões de mundo e contribuições dos negros e negras, ademais de integrar ao processo educacional nacional. Ainda de acordo com o autor, as identidades coletivas possuem um discurso, um conteúdo e uma finalidade política, que buscam mudanças na sociedade e, assim posto, a Identidade Negra, que tem a função de reunir todos os negros e negras, é a identidade política. Indiferente de outras características, porque juntos todos/as são vítimas da discriminação, de racismo e exclusão raciais.

Temos que ter cuidado com os materiais que utilizamos em sala de aula e a representatividade e identidade que estes constroem ou destroem. Ratts *et al.* nos falam sobre as representações estereotipadas das populações negras nos livros didáticos:

A continuidade dessas reproduções no livro didático sem as devidas contextualizações se firma como uma agressão psicológica junto aos e às estudantes negros e negras, favorecendo a constituição de uma identidade negativa no que diz respeito às várias escalas de identificação. O caráter de ‘verdade’ do livro didático pode legitimar e naturalizar essas desqualificações. (RATTS *et al.*, 2006/2007, p. 53)

De fato, não é fácil romper com o *status quo* que privilegia as identidades não expressas e não discutidas, mas que são tidas como a norma, as identidades branca, masculina, heterossexual, rica e católica. Porém, os desenhos animados podem contribuir para a construção e fortalecimento desta Identidade Negra nas crianças e jovens negros/as dentro da sala de aula, ajudando a ruir esse *status quo*.

Nós, professores e professoras, podemos fazer isso desenvolvendo planos de aula que integrem desenhos animados com protagonistas negros e negras e que estas representações sejam positivas, ou seja, que valorem os protagonistas por suas qualidades e não por seus defeitos ou estereótipos depreciativos. Por exemplo, a personagem do desenho animado possui um trabalho bem remunerado, uma formação acadêmica, valores de cidadania, representações de fenótipos (pele negra, cabelo afro, lábios grandes, nariz largo, etc), representações de vestuário, acessórios e culturais (tranças nagô, cabelo Black Power, colares de missangas, turbante, tecido de capulana, etc). Desta forma, estas representações podem empoderar as crianças e jovens negros e negras que se veem na telinha numa representação

positiva. Podem almejar assim ser geógrafo/a, advogado/a ou professor/a, que possui um lindo cabelo afro com tranças nagô.

Um exemplo da representatividade e empoderamento que fortalece a Identidade Negra pode ser visto neste trecho do artigo de Peron e Elias:

Desta forma, sendo o desenho animado “Super Choque” uma forma de os/as estudantes negros/as se verem representados/as, rompendo com as representações mais comuns do negro nas mídias como a pessoa engraçada, o/a esportista, o ladrão, a ladra, o/a empregada/o, o/a doméstico/a, o/a vigilante/segurança etc. O/A estudante tendo uma representatividade aumenta o moral, a alegria e o empoderamento. (Peron e Elias, 2020, p. 86)

Em síntese, uma representação positiva da pessoa negra é aquela que foge dos estereótipos.

Entretanto, o desenho animado com personagens negros e negras não é apenas importante para os/as estudantes negros/as, mas também para os/as estudantes brancos/as que vêem outros tipos de representações e aprendem desde pequenos que o Brasil é diverso, multicultural e que devem apreciar todas as culturas e respeitá-las. Por fim, o desenho animado pode educar a branquitude para tomar consciência das relações e representações raciais, formando crianças e jovens conscientes acerca das relações étnico-raciais, do racismo e que, de preferência, sejam antirracistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o Currículo da Educação Básica Brasileira é racista, por mais esforços que se tenha tentado com a BNCC gerar um currículo mais abrangente e multicultural. Mas temos um ponto positivo em posse, sabemos que o currículo é racista e assim conhecemos o nosso inimigo, sabemos contra o que lutar, o racismo.

Desta maneira, no decorrer do texto vimos como as mídias podem ser utilizadas para construir ou destruir imagens positivas ou negativas sobre o mundo e principalmente sobre as populações negras. Vimos também que as mídias podem e devem ser problematizadas e utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, e que além de utilizarmos as mais variadas mídias para ensinar geografia, devemos ensinar também a ler estas e a ser crítico. Ou seja, ensinar para as mídias e através das mídias.

E o ponto mais destacado do texto foi a utilização dos desenhos animados como recursos didáticos para construir uma educação geográfica antirracista. De fato, os desenhos

animados apresentam grande potencial a ser explorado na Educação Básica por pedagogas/os, professores/as de diversas disciplinas, e demais agentes educacionais. Os desenhos animados têm a potencialidade de ensinar geografia de uma forma divertida, lúdica, descontraída, deixando para trás a geografia classificatória, enfadonha e desinteressante. Além disso, os desenhos animados têm o potencial de ensinar conteúdos e conceitos e trazerem a representatividade e o empoderamento às crianças negras. Apresentam, assim, potencial de construir cidadãos e cidadãs conscientes e que lutem contra o racismo.

Por fim, o trabalho contribui para dar visibilidade à causa do Movimento Negro, que deve ser de todos e todas, para minar e destruir as estruturas racistas da sociedade e construir um país mais justo e igualitário onde a cor da pele seja apenas mais uma característica humana e não um divisor social.

CARTOON AS THE POTENTIALIZER OF AN ANTIRACIST GEOGRAPHICAL EDUCATION

ABSTRACT

Brazil is the second country with the largest contingent of black population in the world, only Nigeria is ahead. However, we have a huge social and economic disparity between the white and black population, in addition to the structural racism that permeates and supports a racist Brazilian society. We know that the Black Movement has been making efforts to fight against structural racism, and through education it has conquered instruments that are useful for this, such as Law 10.639 / 03 and Affirmative Actions - racial quotas -, in addition, the National Curricular Common Base (*Base Nacional Comum Curricular - BNCC*, in portuguese). Another important point is the problematization and use of media for Basic Education, especially cartoons, which have enormous potential for teaching geography. Finally, armed with the achievements of the Black Movement, legislation, curriculum, media and cartoons, they aim to highlight the potential that cartoons have to produce debates and practices that lead to an anti-racist geographic education in Basic Education and contribute to the ruin of structural racism in Brazilian society. The methodology used was a literature review and a systematization of ideas. Were identified and categorized as potentialities that cartoons have in four categories, which are: concepts and geographical content; values and equivalents; playfulness, imagination and creativity; and, representativeness, empowerment and Black Identity. Cartoons have the potential to use geography in a fun, playful, relaxed way, leaving classifying, boring and uninteresting geography behind. In addition, cartoons have the potential for content and concepts, and bring representativeness and empowerment to black children. They have the potential to build citizens who are aware and fight against racism.

Keywords: Anti-racist Education. Anti-racist Geography. Media. Didactic resource. Law 10.639/2003.

REFERÊNCIAS

- ÁGUILA, L. D.; YANKOVIC, N. S.; FERNÁNDEZ, V. F.; SILVA, M. V. El desafío que plantean los dibujos animados a las educadoras de párvulos. **Revista Investigaciones en Educación**, v. 10, n. 02, p. 89-104, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufro.cl/ojs/index.php/educacion/article/view/1011>>. Acesso em: 11 set. 2020.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A África, a Educação Brasileira e a Geografia. *In*: BRASIL. Adama Ouane. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (Ed.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Edições MEC/BID/UNESCO, 2005, cap.7, p. 167-184.
- BELTRÁN-PELLICER, Pablo; ARNAL-BAILERA, Alberto; MUÑOZ-ESCOLANO, José M. Análisis del conteo como contenido matemático en un episodio de dibujos animados para educación infantil. **Revista Iberoamericana de Educación Matemática - Unión**, n. 52, p. 236-249, abril, 2018. Disponível em: <<https://union.fespm.es/index.php/UNION/issue/view/59/58>>. Acesso em: 12 set. 2020.
- BEZERRA, Larissa Rogério. História do desenho animado e sua influência na formação infantil. *In*: Encontro Cearense de História da Educação (ECHE), 11.; Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação (ENHIME), 1., 2012, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Imprece, 2012, p. 1182-1195. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24841>>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 29 set. 2020.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Ensino da Geografia: caminhos e encantos**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. 111 p.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Referências pedagógico-didáticas para geografia escolar. *In*: CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. 3. ed. Campinas: Editora Papyrus, 2012, cap. 2, p. 38-59.
- CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. A ideia de África: obstáculo para o ensino de história africana no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, p. 343-353, jun. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/8994/9829>>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- DIAS, A. M. de L.; LAURINDO; M. do S. V.; RODRIGUES, E. de M. Uma proposta no ensino de geografia: filmes de animação como recurso didático. *In*: IV Encontro de Iniciação à Docência da UEPB e II Encontro de Formação Professores da Educação Básica. 2014, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Realize, 2014. v. 1, p. 1-5. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/revistas/eniduepb/anais.php>> . Acesso em: 13 mai. 2019.

ESPIRITO SANTO, C. A. B. do; BRITO, L. T. S. As relações étnico raciais em um contexto do desenho animado Mundo Bitá. *In*: Congresso Nacional de Educação (CONEDU). 5, 2018, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Realize, 2018. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/46503>>. Acesso em: 08 out. 2020.

FANTIN, Monica. O audiovisual no estágio: entre ensino e aprendizagem. *In*: CARVALHO, D. C. de; LATERMAN, I.; GUIMARÃES, L. B.; BORTOLOTO, N. (Org.). **Experiências pedagógicas com o ensino e formação docente: desafios contemporâneos**. Araraquara: Fapeu, 2009, cap. 2, p. 15-34.

GUIMARÃES, Iara Vieira. Os artefatos midiáticos, a pesquisa e o ensino de geografia. *In*: ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa. **Formação, pesquisas e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013, cap. 9, p. 219-240.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. 2016. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>>. Acesso em: 08 out. 2020.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012. 239 p.

LLORENT J. Vicente; MARÍN, Verónica. La integración de los dibujos animados en el currículo de Educación Infantil. Una propuesta teórica. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 12, n. 01, p. 73-82, 2013. Disponível em: <<http://www.rinace.net/reice/numeros/vol12num1.htm>>. Acesso em: 10 set. 2020.

MARTÍNEZ BOOM, Alberto; TABARES OROZCO, Jhon Henry. Cine y educación: campo de visión, movimiento, velocidad y poder. **Revista Colombiana de Educación**, n. 63, p. 49-66, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/1686>>. Acesso em: 11 set. 2020.

MESQUITA, Nyuara Araújo da Silva; SOARES, Márlon Herbert Flora Barbosa. Visões de ciência em desenhos animados: uma alternativa para o debate sobre a construção do conhecimento científico em sala de aula. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 14, n. 3, p. 417-429, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151673132008000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 mar. 2019.

MIRANDA, Gustavo Lima de. **A história da evolução da mídia no Brasil e no mundo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Diferentes linguagens no ensino de geografia: novas possibilidades. *In*: ALBURQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane

Abílio de Sousa (Org.). **Formação, pesquisas e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013, p. 241-264.

MORNHINWEG, Gabriela; HERRERA, Luis Carlos M. Los dibujos animados: herramienta para la educación. **Revista Investigación e Pensamiento Crítico**, 5 v, n. 2, p. 21-37, mai/ago., 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319551296_Los_Dibujos_Animados_herramienta_para_la_educacion>. Acesso em: 10 set. 2020.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/246>>. Acesso em: 08 out. 2020.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 4-24, jun. 2011. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1702#:~:text=O%20artigo%20apresenta%20a%20estrutura,instrumento%20da%20luta%20anti%20Dracismo.>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SANTOS, Rita de Cássia Evangelista dos; CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Uma investigação sobre o uso das diversas linguagens no ensino de geografia: uma interface teoria e prática. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria-RS, v. 15, n. 3, p. 167-183, 18 jan. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7353>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SILVA, Arthur Martins da. **O desenho animado “Os Simpsons” como instrumento metodológico no ensino de geografia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 63, n. 3, p. 489-506, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745>>. Acesso em: 23 de jun. 2019.

SOUZA, Kamila Regina de; SARTORI, Ademilde Silveira. Educomunicação e desenhos animados: reflexões sobre a construção do conceito de prática pedagógica educacional desde a educação infantil. **Revista Eletrônica Humanitaris PUCRS/EduEer/ICEP**, v. 1, n. 1, p. 92-109, 2013. Disponível em: <<https://silo.tips/download/revista-humanitaris-pucrs-eduser-icep-2>>. Acesso em: 15 set. 2020.

PAZELLI, Pedro Eugênio Gomes. **A utilização da animação no ensino fundamental para a educação em saúde**. Dissertação (Mestrado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PERON, Thiago Afonso. Ensino de geografia com obras cinematográficas: da taiga siberiana a caatinga brasileira. *In*: Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (ENPEG), 14, 2019, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2019. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3035>>. Acesso em: 13 out. 2020.

PERON, Thiago Afonso; ELIAS, Leonardo Maciel de Medeiros. O desenho animado “Super Choque” para desenvolver práticas geográficas antirracistas. **Revista Pesquisar**, Florianópolis (SC), v. 7, n. 13, Ed. especial: SELIGeo, p. 74-88, jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/index>>. Acesso em: 09 out. 2020.

PUIGGRÒS, Núria Rajadell; PUJOL, Maria Antònia; HOLZ, Verónica Violant. Los dibujos animados como recurso de transmisión de los valores educativos y culturales. **Comunicar**, Barcelona-ES, v. 13, n. 25, p. 1-9, out., 2005. Disponível em: <<https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detalles&numero=25&articulo=25-2005-190>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

RATTS, A. J. P.; RODRIGUES, A. P. C.; VILELA, B. P.; CIRQUEIRA, D. M. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de geografia. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 8/9, n. 1, p. 45-59, 2006/2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2796467>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

Recebido em 30/07/2021.

Aceito em 17/12/2021.